

O exemplo do Plano Marshall

Gustavo H. B. Franco

Aberta a temporada de referências históricas úteis aos dilemas trazidos pelos atentados de 11 de setembro vale à pena debruçar-se sobre um cidadão, pouco conhecido, mas cuja importância para a política econômica do mundo ocidental nos anos 50 é comparável à de Keynes para os anos 30. Trata-se do General George Catlett Marshall, comandante em chefe do exército norte americano durante a Segunda Guerra Mundial, herói nacional, feito Secretário de Estado do Presidente Truman em janeiro de 1947.

Em junho deste mesmo ano o Secretário Marshall entraria para a História em uma outra capacidade, ao proferir o principal discurso da cerimônia de formatura na Universidade de Harvard, anunciando as linhas gerais do que Churchill chamaria “o ato menos sórdido da História”, e que logo adiante ficaria conhecido como o Plano Marshall.

O Plano resultou em doações para países europeus, entre 1948 e 1952, que somariam uns US\$ 150 bilhões em dinheiro de hoje. O sucesso foi absoluto em reconstruir e reativar a economia europeia, de cuja prosperidade dependia, em boa medida, a própria economia americana. Não deve haver dúvida estava em jogo também, e principalmente, o objetivo de proteger a democracia do avanço do comunismo. É comum a percepção de que o Plano Marshall só fez sentido no contexto da Guerra Fria, mas muitos economistas enxergam algo bem maior na iniciativa. Mais especificamente, o que se pode perguntar é se não temos um exemplo a seguir nos dias de hoje. Ou seja se doações em grande escala para reconstruir a Europa deram certo para fomentar a economia e conter o comunismo, o mesmo não valeria hoje para o mundo islâmico, tendo em vista o objetivo de conter o terrorismo?

Algumas lições da experiência do Plano Marshall ajudam a pensar sobre o problema. A primeira dificuldade foi apontada de pronto, no próprio discurso em Harvard: a iniciativa tinha de partir deles, europeus. Eles tinham que dizer o que fariam com o dinheiro, pois afinal o plano devia ser deles. Era preciso construir uma comunhão de interesses. A Europa tinha muitas necessidades, o Presidente Truman e o Secretário Marshall uma estratégia, e o Congresso Americano estava interessado em democracia, multilateralismo, descolonização e em que o dinheiro fosse usado para comprar produtos americanos. Nada de se estranhar, pois a ajuda, ainda mais nesta dimensão, não era nem poderia ser inocente ou desinteressada. Do lado europeu o assunto era mais simples: tratava-se de cavalo dado e, ademais, belíssimo animal. O fato é que o dinheiro do Plano Marshall caiu em solo fértil e produziu diversos “milagres econômicos”, até hoje festejados.

Contudo, a experiência não deve ser tomada como o indicativo de uma regra geral. O dinheiro do Banco Mundial para países pobres, por exemplo, deveria funcionar da mesma forma, embora em miniatura. Mas não é isso que se

observa. Muitos dos países potencialmente beneficiados não querem atender às condições necessárias para receber recursos das instituições multilaterais e também de investidores privados. As razões são variadas, mas não de todo desconexas: em maior ou menor grau os países não querem a “dependência externa”, rejeitam a globalização, as regras mais elementares do capitalismo e, às vezes, também a televisão e outras “invasões culturais” imperialistas. No Afeganistão, como se sabe, não há “dependência externa”, nem capitais voláteis, mas também não existem capitais calmos e produtivos, nem vontade de mudar as coisas. O Afeganistão é uma tragédia econômica auto infligida como, aliás são os outros países que apoiam o terrorismo.

Os exegetas do Plano Marshall todos concordam que as coisas funcionaram porque a ajuda foi dada a quem queria ser ajudado, ambos concordando sobre a forma da ajuda. É difícil vislumbrar qualquer coisa que se pareça com isso no Afeganistão, para não falar nos outros países pobres que acobertam terroristas. É pena.